

## **Representação da população surda no Brasil: desafios para universalização do acesso a saúde**

**BRANDÃO, D. A.<sup>1</sup>; CANTARELI, J. V.<sup>1</sup>; FERREIRA, S. L.<sup>1</sup>; ALMEIDA, A. O.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[daviandbrd@gmail.com](mailto:daviandbrd@gmail.com) [jv.cantareli@gmail.com](mailto:jv.cantareli@gmail.com)

### **RESUMO**

A infância e a adolescência são etapas do desenvolvimento humano marcadas por vulnerabilidades, pela dependência de tutores para estabelecer a maior parte dos componentes da vida e pela fragilidade característica do período. Desde a dependência para estabelecer atividades essenciais como alimentação, moradia e higiene até a formação da personalidade são características que marcam o período de crescimento. As crianças e adolescentes surdas vivem uma dupla vulnerabilidade por estarem expostos à discriminação, além das questões naturais ao desenvolvimento. Este trabalho tem como objetivo esclarecer obstáculos que pessoas surdas possuem para acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da representação dessa população. A metodologia adotada utilizou de pesquisas bibliográficas na internet. A surdez pode ser caracterizada de algumas formas. De acordo com sua origem é classificada como neurológica, condutiva ou mista. Também pode ser caracterizada em graus, sendo designada como leve, moderada, moderadamente severa, severa ou profunda. Essas classificações são importantes para a padronização de protocolos técnico-científicos e o estabelecimento de políticas públicas, porém, essas definições inclinam-se a traduzir a pessoa surda pela falta, o que reduz a pluralidade da comunidade surda e compromete a integralidade do sujeito. Em outras palavras, como encarar a pessoa surda para além de sua surdez, considerando o contexto do indivíduo e as vivências particulares a cada sujeito. Segundo o senso do IBGE (2010), 9.717.318 de pessoas possuem deficiência auditiva no Brasil, sendo em torno de 45%, entre a faixa de 10 a 19 anos, de homens e 40% de mulheres na mesma faixa. O documento ainda registra obstáculos de acesso à educação formal pela comunidade, por serem proporcionalmente menores no ingresso em escolas/creches e possuem maior frequência de analfabetismo. Dentro do conceito ampliado de saúde, que compreende o bem-estar biopsicossocial, acredita-se que a falta de acesso à educação pode ser entendida como limitante ao processo de construção de saúde, já que este é indissociado da autonomia do indivíduo. Como conclusão parcial, pode-se dizer que pessoas surdas tem o acesso a saúde obstaculizado, quando sua representação para indivíduos ouvintes, em especial os profissionais de saúde, compromete sua integralidade, haja vista que essa construção é baseada na falta. Medidas como o ensino de LIBRAS para profissionais da saúde, integração da população ouvinte com a comunidade surda e maior diversidade dentro dos espaços sociais certamente contribuirão para o acesso universal de todas as pessoas.

**Palavras-chave:** LIBRAS. Atendimento médico. Acessibilidade.